

DO DIREITO CONSUETUDINÁRIO À PROPRIEDADE PRIVADA O CASO DA COMUNIDADE RURAL MATSOLO – ALDEIA DE DJUBA, DISTRITO DE MATOLA, PROVÍNCIA DO MAPUTO. MOÇAMBIQUE.¹

Eduardo Miranda
Docente da ULHT

Resumo:

O pressuposto de modernidades múltiplas apensa uma visão particular do mundo contemporâneo e também uma certa visão da história e das características da vida moderna. Muito pouco foge a este impulso dos novos ventos que levam as sociedades e as particularidades culturais, mesmo aquelas sociedades mais tradicionais, para mudanças radicais. Estas mudanças espelham o progresso e, por isso, o ajustamento à lógica vigente, deixa marcas e levanta tensões que com o passar do tempo se vão esbatendo.

Este texto procura retratar os constrangimentos actuais, face aos pressupostos da modernidade, das comunidades rurais em África. Discute-se, neste artigo, a importância da terra e tudo o que a envolve mercê do direito consuetudinário substituído pelo título de propriedade privada.

Abstract:

The assumption of the multiple modernities demonstrates a specific vision of the contemporary world along a determined vision of the history and characteristics of modern life. Very little deviates from this impulse of new winds, taking societies and cultural peculiarities, even the most traditional ones, into radical change. These changes mirror the progress and, therefore the adjustment to the existing logic, leaving marks and increasing tensions that will dissipate with time.

This text attempts to portrait the present constraints, regarding the presumptions of modernity, of the African rural communities. It is discussed, in this article, the

¹ O texto que se segue, muito em resumo, consubstancia o resultado de um trabalho levado a cabo pelo autor, em 2000, para efeito do mestrado em Estudos Africanos no ISCTE.

importance of land and everything involving it subject to the traditional right replaced by the private property title.

1. Este trabalho incide na comunidade rural da aldeia de Djuba, pertencente ao distrito da Matola que faz parte da província do Maputo.



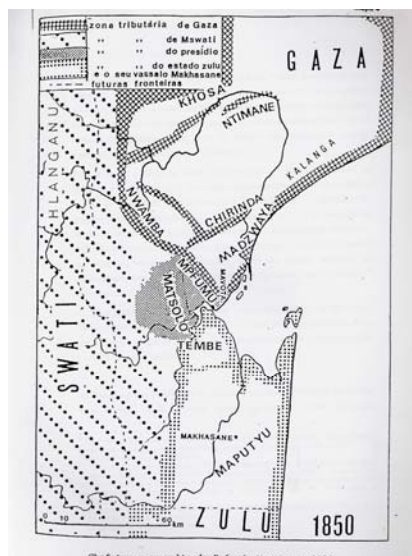
A criação de uma zona industrial na povoação de “Beluluane, local onde se vai construir a fábrica (...) Mozal”² e após os estudos favoráveis sobre o impacto ambiental, esta população, comunidade Matola, teve de abandonar as terras “87 camponeses transferidos das suas terras para dar lugar à construção (...) da futura fábrica de alumínio a erguer no distrito de Boane, província do Maputo”³ Quer o distrito da Matola quer o distrito de Boane reclamam o local de Beluluane.



² Cf. Jornal de Notícias, Maputo, 20/5/1998.

³ Cf. Jornal de Notícias, Maputo, 20/5/1998.

Esta população pertence ao antigo reino Matola⁴, instalado na zona desde os primórdios (dispersão dos Bantos⁵) “sabe-se que, até 1895, existia na região sul da Baía do espírito Santo, as chefaturas Ronga, Tembe e Maputyu. A norte, a unidade política Nwamba, no interior, Matola ”⁶.



Este nome tem origem invulgar, conforme relataram os chefes desta comunidade. Em tempos muito recuados, os portugueses que demandavam estas paragens, reino inicialmente chamado Massinga, ajudam um irmão do rei a usurpar-lhe o poder. Passa então a designar-se <Matolo> ou <Matsolo>. Este termo significa no dialecto local “indivíduo que provoca milando/timaka, levando e trazendo de joelhos, intriguista”.⁷ Por simplificação de linguagem passou a ser Matola.

⁴ Cf. NEWITT, Malyn: *História de Moçambique*. Men Martins: Publicações Europa-América, 1997, p. 148. “O Little Josiah, comandado pelo capitão Derring, passou o espaço de tempo compreendido entre Abril e Novembro de 1693 a negociar na baía de Delagoa, trocando, entre outras coisas, barras de estanho e contas (pontas ?) de marfim (...) os povos são todos muito cordatos e honestos, desde o chefe mais importante ao servidor mais humilde, embora tenha dito que Mettolo e os seus homens são brigões por natureza.”

⁵ Cf. JUNOD, Henri A.: *Usos e Costumes dos Bantu*. Tomo I, Arquivo Histórico de Moçambique, Documentos 3, 1996, p. 33 “...não devíamos falar de Bantu, mas de Ntus. (...) bantu é hoje dum uso tão corrente que já não podemos mudar-lhe a ortografia portuguesa.”

⁶ ANDRADE, Ximene; LOFORTE, Ana M.; OSÓRIO, Conceição; RIBEIRO, Lúcia; TEMBE, Eulália: *Família em Contexto de Mudanças em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1988, p. 92.

⁷ Cf. E. M. Manjate, Chefe do Posto de Matola Rio e Absolone David W. Chinonanquila e Sérgio Alves F. Matola. Estes dois últimos autoridades tradicionais da Comunidade Rural Matsolo.

Neste caso, a população Matsolo ou Matola da aldeia de Djuba, que se encontrava a paredes meias com a futura fábrica, teve de ser realojada noutra local. O governo de Moçambique declarou todas aquelas terras como zona industrial pela sua boa localização. A população pareceu aceitarem de bom grado tal situação (nesta altura ainda estava o processo a desenrolar-se) “já que é a vontade do governo, está bem, estamos contentes” disseram, e parece ter que ver, acima de tudo, com o facto de serem constituídos por idosos, “A terra pertence <tradicionalmente> ao povo de Matsolo, que actualmente constitui somente uma pequena fracção da população.”⁸

Para o efeito, a cargo da Mozal, foi construído um bairro com casas de alvenaria do tipo T1, T2 e T3. Cada agregado, desta comunidade rural, recebeu o título de propriedade



quer da casa quer da machamba.

Por imperativo das transformações impostas pelo desenvolvimento económico, estes espaços rurais e suas gentes começam a sofrer profundas alterações “as pessoas são

arrastadas para as cidades porque os seus sistemas de produção rural se desintegram, ou porque as áreas urbanas oferecem melhores oportunidades de emprego”⁹ Esta situação tem preocupado as autoridades, por isso o “Governo deve assegurar acesso dos camponeses aos insumos agrícolas”¹⁰ no sentido de manter as populações nas suas zonas agrícolas para “estancar o fluxo campo cidade.”¹¹ Neste âmbito, o espaço rural

⁸ Cf. Projecto para a usina metalúrgica de alumínio Mozal – Maputo, Moçambique- Relatório do Impacto no Meio Ambiente, Joanesburgo, Fevereiro de 1997, p. 21.

⁹ Cf. GIDDENS, Anthony: *Sociologia*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 689.

¹⁰ Cf. Jornal Notícias, Maputo, 31 de Julho de 1998.

¹¹ Cf. Jornal Notícias, Maputo, 31 de Julho de 1998.

apresenta-se hoje como área de complexos jogos de interesses e de estratégias, sobre os vários usos a dar-lhe. Esta dinâmica movida por estes vários proveitos económicos e sociais, será responsável por um controlo cada vez mais aguerrido sobre as terras, por parte dos vários agentes envolvidos, o “Regulamento da lei de Terras vai acabar com os conflitos – assegura o director nacional de Geografia e Cadastro ”¹² Desta forma, o espaço rural tem vindo a deixar de ser um espaço apenas produtivo, para ser também de lazer, de turismo, de residência permanente ou secundária ou para actividades industriais que têm cada vez menos lugar nas cidades “Em inúmeros países ACP, a pressão turística manifesta-se pela implantação de hotéis, criação ou alargamento de <reservas de fauna> para safaris fotográficos ou cinegéticos, pressão que provoca a especulação no preço dos terrenos.”¹³

É um processo dualista, em que por um lado temos a pressão do progresso nos moldes que se conhece, impiedoso e, por outro lado, a segurança proporcionada pela posse legal destes bens. É que este tipo de sociedade é “constituída por camponeses tradicionais com uma técnica agrícola extremamente subdesenvolvida (utilizando somente a enxada) e em que não é utilizada nenhuma forma de insumos, quer sementes melhoradas quer adubos.”¹⁴ A tendência, vai no sentido da sua desestruturação “A transição de uma agricultura tradicional para uma forma de agricultura mecanizada é uma condição absolutamente necessária para aumentar a produtividade e o poder de compra da população rural.”¹⁵ Assim, o desenvolvimento das sociedades no sentido da urbanização e da economia de mercado, produzem profundas alterações, mais cedo ou mais tarde, nos espaços rurais. Uma das consequências vai no sentido de procurem outras alternativas de vida quer “ na emigração ou nas grandes cidades em grande crescimento.”¹⁶ O que leva a uma autonomização dos “ indivíduos em relação à rede social da linhagem e da tribo”¹⁷ O próprio isolamento a que estes espaços estavam sujeitos começa a estar “ameaçado” com a interpenetração do mundo urbano ao nível da mobilidade das pessoas, da circulação da

¹² Cf. Jornal de Notícias, Maputo, 5 de Janeiro de 1999.

¹³ Cf. Revista esporo, Janeiro de 1998, p. 2.

¹⁴ Cf. ABRAHAMSSON, Hans; NILSON, Anders: *Moçambique em Transição- Um Estudo da História do Desenvolvimento Durante o Período de 1974-1992*. Maputo: Padrigu, 1994, p. 231/232.

¹⁵ Cf. ABRAHAMSSON, Hans; NILSON, Anders: *Moçambique em Transição- Um Estudo da História do Desenvolvimento Durante o Período de 1974-1992*. Maputo: Padrigu, 1994, p. 233.

¹⁶ Cf. FIALHO, José: *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998, p. 16.

¹⁷ Cf. FIALHO, José: *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998, p. 16.

moeda, das comunicações e da diversidade em termos da utilização e da valorização do espaço. Os espaços rurais passam por uma progressiva integração no todo social de que na verdade fazem parte. Assim, a autonomia social relativa, face ao conjunto no qual está integrado, vai deixando de ser relevante à medida que uma lógica de desenvolvimento geral da sociedade urbana e industrial nas suas particularidades, a vai absorvendo.

É inegável, hoje em dia e cada vez mais, que os espaços rurais não se limitam apenas à produção de alimentos ou ao fornecimento esporádico e irregular de mão de obra. No caso de Moçambique, “A demanda dos pedidos de concessão de parcelas de terra que se regista desde que terminou o conflito armado (...) é uma demonstração do valor que a terra está a ter no país. (...) assistimos a uma célere mudança do conceito e do valor que as pessoas davam à terra.”¹⁸

Ora a lógica que marca as sociedades actuais, vai no sentido da satisfação das necessidades de produção, de distribuição e de consumo a um nível cada vez mais impiedoso de conquista do espaço, em conformidade com uma postura maximalista. Esta situação de plena integração espacial arrasta as sociedades tradicionais para uma desagregação sempre mais acentuada à medida que aquela conquista avança. Causando uma crise ao nível das lógicas de organização social destas populações atingidas, já que se ferem as diversas estruturas como seja a do parentesco, a do económico e a do poder. Todos estes aspectos limitativos, acentuar-se-ão com a propriedade privada uma vez que a autoridade tradicional, se servia da “<lógica consuetudinária> (...) e aos seus recursos em função dos respectivos estatutos, de jogos de aliança entre linhagens”¹⁹ Como se sabe, para este tipo de sociedade a terra é o meio de produção por excelência e a sua posse, garantida pelo direito consuetudinário, perpetua a estrutura do parentesco, que funciona como congregador e limitativo. Desta forma, deve reconhecer-se que a terra, por direito consuetudinário “pertença” de um chefe de linhagem, para governo do seu povo, é um elemento chave de coesão e controlo dos seus membros “a relação patrimonial com a terra resulta de relações de produção domésticas que a propriedade, longe de reforçar,

¹⁸ Cf. Jornal de Notícias, Maputo, 9 de Junho de 1998, sob o título “Procura de Terra Impõe Reformas na DINAGECA” (Dir. Nac.de Geog. e Cadastro).

¹⁹ Cf. Revista Esporo, Janeiro de 1988, p. 2.

constitui pelo contrário para dissolver.”²⁰ Este mecanismo de distribuição da terra pelos seus agregados configura a produção e a sua reprodução social “

Esta desestruturação social de larga fatia da população da África Negra, que aos poucos se vai verificando, acarreta os seus efeitos negativos para as cidades “Os camponeses e aldeãos mudaram para as cidades, (tal como hoje acontece de forma maciça nos países do Terceiro Mundo) devido à falta de oportunidades nas zonas rurais e as vantagens e atractivos aparentes das cidades ”²¹

No geral, estas comunidades tradicionais não são totalmente adversas às mudanças “não é tradicional, no sentido de estático, antigo, mas encerram formas tradicionais, com outras de diferentes matrizes.”²² Desde que estas lhes permitam tempo para a adaptação e consigam manter no essencial, as suas formas de pensar, sentir e agir, isto é, o mínimo da sua cultura social para que não percam de todo a sua identidade.



²⁰ Cf. MEILLASSOUX, Claude: *Mulheres, Celeiros e Capitais*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1976, p. 67.

²¹ Cf. GIDDENS, Anthony: *Sociologia*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 667.

²² Cf. FIALHO, José: *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998, p. 16.

2. O direito consuetudinário

As comunidades rurais nunca gozaram dos direitos de posse da terra ou propriedade em termos formais, contrariamente ao camponês europeu que detém parcelas familiares “os <chefes> africanos não só reinavam num dado território, no sentido político do termo, como eram quem detinha todas as terras desse território, em nome do seu povo.”²³ Constitui, por isso, a base das relações de dependências múltiplas que principiavam no clã passando pelas linhagens e pelos agregados.²⁴ Nesta teia de relações, desenvolvia-se e ainda se desenvolve toda uma dimensão dinâmica traduzida na produção e na reprodução, que enformam a organização económica e social nos seus moldes tradicionais. Este bem de uso, pertença da comunidade linhageira vai no sentido de perpetuar a reprodução social da linhagem “O desenvolvimento da propriedade privada teria portanto perturbado o sistema e privado alguns dos seus membros de meios de existência.”²⁵ Nestes termos, a terra é um bem natural que possibilita extrair dela o suficiente à sobrevivência.

Este aspecto do espaço socialmente estruturado é simultaneamente <concepção, percepção e vivência>²⁶, efeito simbólico das práticas sociais que são formas culturais de pensar, sentir e agir no espaço e em relação ao espaço que relevam da sua dialéctica ao longo do tempo. Nestas especificidades culturais estão inseridas formas particulares de solidariedade, de parentesco, de condições e formas de produção, de divisão social do trabalho conforme o sexo e a idade, de poder, de relações de prestígio e do religioso (animista).

A terra, por direito consuetudinário “pertença” de um chefe de linhagem, para governo do seu povo, é um elemento chave de coesão e controlo dos seus membros, pelo mecanismo

²³ Cf. MAFEJE, in Ciências Sociais em África, 1992, p. 237.

²⁴ Cf. MAFEJE, in Ciências Sociais em África, 1992, p. 238. “Os primeiros clãs a instalarem-se têm, no plano nacional, direitos sobre certas zonas. É por isso que as reivindicações espaciais dos clãs em certas unidades territoriais (ou seja qual for o nome que se lhes atribui) dão a impressão de que eles reivindicam na realidade uma delimitação de terras reconhecida pela sociedade. Apesar disso, nos territórios reconhecidos como pertencentes a esses clãs, são as linhagens que rivalizam para obter terras e os seus chefes são quem se reserva o direito de conceder terras aos seus membros, para exploração.”

²⁵ Cf. MAFEJE, in Ciências Sociais em África, 1992, p. 240.

²⁶ Cf. GONÇALVES, José Júlio: *Questões de Antropologia Social e Cultural*. Porto: Edições Afrontamento, 1992, p.144.

de distribuição pelos agregados que desemboca na produção de subsistência e nas solidariedades, que é a base também estrutural e estruturante dessas comunidades “90% dos direitos fundiários de que gozam os agricultores e os criadores de gado na África negra tem origem no sistema consuetudinário.”²⁷

3. A estrutura do parentesco

A questão do parentesco sempre interessou grandemente os antropólogos²⁸ tomado como elemento essencial para compreender as sociedades ditas exóticas, na sua estrutura e funcionamento. Sendo a Antropologia uma ciência holista haveria que compreender cada sociedade dita “simples” e compará-la.

Todos os membros reconhecem ou atribuem a sua origem a um mesmo antepassado que pode ser mítico, ou seja, é a referência primeira da estrutura linhageira. Portanto, o clã representa uma formação que compreende várias linhagens de descendência unilinear. Esta pertença das linhagens, considerando uma única origem, consubstancia-se nas relações de cooperação e nas solidariedades entre elas. Enquanto a linhagem se estrutura na filiação, o clã estrutura as linhagens. Nem todos os consanguíneos são reconhecidos como tal e, esta questão, tem que ver com o tipo de sociedade considerando a linha unilateral paterna ou materna ou de filiação unilinear. No primeiro caso, do lado do pai, o testemunho do parentesco transmite-se a partir dos homens, de pai para filho, perdendo-se nas mulheres. Do outro lado, na linha materna, embora se defina e oriente a partir da mulher, os homens também têm uma quota parte seja pelos tios seja pelos irmãos “Em Moçambique, nas sociedades matrilineares, o local de residência é o da família da mulher e o pai social dos filhos é o irmão da mulher, enquanto nas sociedades patrilineares, (...) o pai social é o pai biológico, sendo os filhos pertença da família do pai.”²⁹ Convém

²⁷ Cf. MAFEJE, in Ciências Sociais em África, 1992, p. 252.

²⁸ Cf. AUGÉ, Marc (direção): *Os Domínios do Parentesco*. Lisboa: Edições 70, 1978, p. 15. “O parentesco é, pois, uma relação social, nunca coincide completamente com a consanguinidade, quer dizer, com o parentesco biológico. (...) é necessário que nem todos os consanguíneos sejam reconhecidos como tal; que certas categorias destes sejam excluídos do parentesco; quer porque se considere apenas uma linha de ascendência com exclusão das outras (filiação unilinear em linha paterna ou materna) quer porque se considerem as duas linhas,”

²⁹ Cf. ANDRADE, Ximene; LOFORTE, Ana M.; OSÓRIO, Conceição; RIBEIRO, Lúcia; TEMBE, Eulália: *Família em Contexto de Mudanças em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1988, p. 23-24.

referir, contudo, que não se verifica em nenhum dos casos, um tipo de sociedade que seja de filiação unilinear pura, não obstante existir sempre um maior pendor de uma das partes “Alguns autores preferem, nestas condições, falar de sociedade <com predominância patrilinear> ou de sociedade <com predominância matrilinear.”³⁰ Um grupo de filiação, só pode manter-se no tempo, mediante alianças, isto é, com trocas matrimoniais com outros grupos entre os quais circulam as mulheres. A proibição do incesto implica, portanto, a procura exogâmica de esposas no exterior do grupo de parentes. O lobolo, como é conhecido o casamento e tudo o que ele representa, “instaura uma série de obrigações recíprocas entre grupos aliados. A sua característica é poder ser utilizado para adquirir uma esposa em benefício de um jovem colateral da jovem recentemente casada.”³¹ O conjunto de bens de prestígio do lobolo (gado bovino), circula em sentido contrário ao da esposa. Vai permitir ao grupo que o recebe, ser compensado pela perda de uma produtora e simultaneamente reprodutora e, também, vai permitir efectuar com outro grupo um casamento o que significa garantir a sua continuidade. É por via destas “trocas” que o estatuto dos anciãos é reforçado. Existem diferenças entre as sociedades patriarcais e matriarcais “Enquanto a compensação matrimonial é relativamente parca nas sociedades matrilocais, pois a mulher não abandona fisicamente o seu grupo, é frequentemente importante nos sistemas em que a residência é patrilocal”³² O parentesco é plurifuncional e engloba as esferas do político, do económico, do simbólico e do religioso é, por isso, dominante e determinante. (?)

4. A articulação entre o parentesco, o económico e o poder

Ao nível da África rural o local privilegiado de produção é a unidade doméstica. É a família a fiel detentora da propriedade “as famílias são, mais do que se pensa, os depositários da propriedade susceptível de ser herdada”³³ porque é o local por excelência de produção, reprodução e consumo. A economia mercantil tem como lei essencial expandir-se desde tempos recuados, já os árabes e depois os europeus e o colonialismo a partir do século XIX, a pouco e pouco, iniciam uma relação de complementaridade entre

³⁰ Cf. AUGÉ, Marc (direcção): *Os Domínios do Parentesco*. Lisboa: Edições 70, 1978, p. 17.

³¹ Cf. GHASARIAN, Christian: *Introdução ao Estudo do Parentesco*. Lisboa: Terramar, 1999, p. 139.

³² Cf. GHASARIAN, Christian: *Introdução ao Estudo do Parentesco*. Lisboa: Terramar, 1999, p. 103.

³³ Cf. MAFEJE, in *Ciências Sociais em África*, 1992, p. 251.

este tipo de economia, baseado na troca, e a economia mercantil. Por imperativo da introdução duma lógica nova, alguns dos seus membros saem para trabalhar, forçados ou voluntariamente, como assalariados para fora das suas zonas de residência. A monetarização foi muitas vezes, por eles, tida como um bem de prestígio que, por este motivo, a retiravam do circuito monetário. É por este facto, que o colonialismo institui, como medida administrativa, o imposto de palhota que os leva a relançá-las no circuito económico. Já nesta época acreditava-se que a economia doméstica começaria a perder o seu perfil genuíno. Contudo, assim não aconteceu, é que estes agregados funcionam numa lógica em que os aspectos de parentesco, do económico e do poder se interligam de tal forma que é difícil discernir sobre qual o aspecto que poderá influenciar todos os outros. Segundo Claude Meillassoux, é a economia que dá sentido ao parentesco e a toda a organização social na medida em que quem controlar a energia humana, controla toda a produção “Sobretudo, numa economia em que não se pode controlar o produto do trabalho senão controlando o produtor directamente, é lógico controlar, igualmente, ou talvez mais o produtor de reprodutores, isto é, a mulher procriadora.”³⁴ Contudo, segundo Maurice Godelier, o parentesco é o dominante “as relações de parentesco funcionam ao mesmo tempo como elementos da infra-estrutura e como superestrutura”³⁵. Mas como se sabe, se pelo parentesco se assume o poder e pela idade também se adquire protagonismo, o controlo sobre as mulheres, permite o controlo da energia. Neste amaranhado, Claude Meillassoux, diz-nos que é impossível conjugar seja o que for.

Seja como for, a terra é a esteira de base de todo este entrelaçado de relações, de dominações e de influências.

Conclusão

Na nova aldeia, onde foram realojados, pelas condições que oferece, alterou-lhes para melhor, nalguns casos, o quotidiano. Têm água canalizada fora de casa, através de vários fontenários, latrinas e talvez viessem a ter luz eléctrica. É dotada de um espaço envolvente, ainda de mato, que poderão aproveitar para semear. Por enquanto, por isso, resolvem o inconveniente de as machambas, que receberam, distarem cerca de 5 km e

³⁴ Cf. MEILLASSOUX, C., in M. Helena Varela e tal., *Antropologia Paisagens, Sábios e Selvagens*. Porto Editora, 1982, p. 269.

³⁵ Cf. GODELIER, M. et al., *Antropologia das Sociedades Primitivas*. Lisboa: Edições 70, 1974, p.247.

como são idosos muitos deles não as cultivarão. Estas ficam na zona de Mavoco e de Tchonissa, estão perto da estrada, possibilitando aos seus possuidores a utilização dos transportes “públicos” (chapa 100, na altura). Mas as alterações da tradição já são visíveis, os restos dos antepassados estão agora num cemitério e já não debaixo da árvore frondosa em frente à casa, as relações de vizinhança tornaram-se próximas em termos de espaço, os velhos viram a sua importância reduzida, limitada ao conselho dos anciãos e às cerimónias relativas aos antepassados já que os ritos de passagem são prática do passado. Esta comunidade de Djuba, tribo Matsolo, é hoje constituída por um grupo de 76 agregados. Tiveram em média 7/8 filhos mas hoje já isso não acontece, porque a vida está cara, a religião condena a poligenia e há a consciência de que os filhos devem frequentar a escola. Os tempos mudaram bastante, os filhos já não vivem nos campos, são muito independentes, a tradição diz-lhes pouco, foram atraídos pela cidade onde se dedicam ao comércio de rua, à economia paralela.

O habitus daqui derivado sofreu grandes alterações e, por isso, a estrutura social existente não possibilita uma reprodução nos mesmos moldes, por vários motivos, mas também por falta de população jovem que receba e passe o testemunho.

Como grupo, esta situação assegura-lhes o futuro na medida em que dificilmente qualquer força exterior lhes pode alterar tal garantia. Contudo, esta situação, no plano interno, lava-os a mudanças profundas das suas formas de vida no dia a dia e preocupações futuras quanto à permanência destes bens nas mãos dos herdeiros. Toda a política em torno da terra, nos termos tradicionais, terminou aqui. A esperança que ainda alimentavam na situação anterior (direito consuetudinário) era de cativarem os jovens para a comunidade (fugiram por motivo da guerra), hoje desvaneceu-se. A pergunta que se coloca é como irão, comunidade e chefes tradicionais, equilibrar estratégias no sentido de que este espaço continue a rever-se como espaço Matola/Matsolo?

O papel dos chefes tradicionais, pelo menos por agora, limita-se quase em exclusivo, a tentar evitar a não alienação destes bens, de perpetuarem este espaço em memória dos antepassados, que simboliza a tribo Matsolo ou Matola.

Bibliografia

- ABRAHAMSSON, Hans; NILSON, Anders: *Moçambique em Transição- Um Estudo da História do Desenvolvimento Durante o Período de 1974-1992*. Maputo: Padrigu, 1994.
- ANDRADE, Ximene; LOFORTE, Ana M.; OSÓRIO, Conceição; RIBEIRO, Lúcia; TEMBE, Eulália: *Família em Contexto de Mudanças em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1988.
- AUGÉ, Marc (direcção): *Os Domínios do Parentesco*. Lisboa: Edições 70, 1978.
- CIÊNCIAS SOCIAIS EM ÁFRICA – Alguns Projectos de Investigação. Lisboa : edições Cotovia, 1992.
- FIALHO, José: *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.
- GHASARIAN, Christian: *Introdução ao Estudo do Parentesco*. Lisboa: Terramar, 1999.
- GIDDENS, Anthony: *Sociologia*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- GODELIER, M. et al., *Antropologia das Sociedades Primitivas*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- MEILLASSOUX, Claude: *Mulheres, Celeiros e Capitais*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1976.
- MEILLASSOUX, C., in M. Helena Varela e tal., *Antropologia Paisagens, Sábios e Selvagens*. Porto Editora, 1982.
- VARELA, M. Helena et al. *Antropología Paisagens, Sábios e Selvagens*. Porto Editora, 1982.

Publicações Periódicas

- Jornal de Notícias, Maputo, 20/5/1998.
- Jornal de Notícias, Maputo, 30/5/1998.
- Jornal Notícias, Maputo, 31 de Julho de 1998.
- Jornal Notícias, Maputo, 31 de Julho de 1998.
- Jornal de Notícias, Maputo, 9 de Junho de 1998, sob o título “Procura de Terra Impõe - Reformas na DINAGECA” (Dir. Nac.de Geog. e Cadastro).

-Jornal de Notícias, Maputo, 5 de Janeiro de 199

-Revista Esporo, Janeiro de 1998.

-Revista Esporo, Janeiro de 1988.

Outros Documentos

-Projecto para a usina metalúrgica de alumínio Mozal – Maputo, Moçambique –
Relatório do Impacto no Meio Ambiente, Joanesburgo, Fevereiro de 1997.